

## CEPLAC EM RONDÔNIA: EFEITO *PATH DEPENDENCE* E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA CACAUCULTURA RONDONIENSE

Marciana Oliviera da Cruz (\*), Wanderléia Oliveira da Cruz, Fábio Robson Casara Cavalcante, Sílvia Bezerra de Góes

\* Universidade Federal de Rondônia, Estudante do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental e pesquisadora de Iniciação Científica, Campus da UNIR em Guajará –Mirim-RO.

### RESUMO

A presente pesquisa nasceu de um questionamento inerente à política de desenvolvimento regional da cacauicultura em Rondônia em relação aos aspectos de espaço e poder atualmente em vigor no Estado, de modo a analisar se a política da CEPLAC/SUERO vem sendo conduzida dentro de uma lógica de importância principal ou como coadjuvante no processo de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o efeito *path dependence* no referido órgão do Ministério da agricultura vem impondo uma visão estratégica pela ótica de recuperação de áreas degradadas em regiões já consolidadas pelo processo histórico do agronegócio em Rondônia ou vem impondo novas perspectivas de implantação e desenvolvimento da cultura cacaueteira em regiões ainda não impactadas pela ação antrópica? Em busca de respostas para estas indagações foi idealizado o presente trabalho. O objeto do presente estudo diz respeito à CEPLAC/SUERO e suas regiões de atuação no Estado. O método de pesquisa adotado foi o hipotético-dedutivo, sendo a Teoria Institucionalista de Douglass North a base teórica deste projeto de iniciação científica. Com base nos dados preliminares foi possível notar uma forte relação entre os efeitos *path dependence* e a política adotada pela CEPLAC em Rondônia. Tal aspecto fica mais evidenciado quando se analisa a distribuição espacial de atuação do órgão no Estado, onde há um predomínio absoluto no espaço mesorregional Leste Rondoniense. Portanto, mesmo havendo a possibilidade de outras variáveis, ainda por serem estudadas, a presente pesquisa já possibilita indícios fortes da atuação do órgão ser mais orientada para a recuperação de áreas degradadas, o que parece justificar sua atuação em áreas já consolidadas pelo agronegócio em Rondônia, gerando um vácuo nas regiões com forte peso ambiental (mesorregião Madeira-Guaporé). Portanto, dando um sinal de atuação coadjuvante em relação às políticas de desenvolvimento regional no Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Parth dependence*, CEPLAC, cacauicultura, Rondônia.

### INTRODUÇÃO

A grande questão da humanidade nos tempos atuais é resolver ou pelo menos minimizar o *trade-off* “desenvolvimento e conservação ambiental”, principalmente quando se depara com a realidade amazônica. O horizonte desse processo parece fazer parte de um consenso em que a sustentabilidade é vista como solução dessa dicotomia. Todavia, num cenário onde inexiste um modelo ou padrão lógico que conduzam a esse fim, as experiências e visões de mundo parecem fazer parte do desafio de estabelecer as bases para que o desenvolvimento sustentável deixe de orbitar no campo da utopia.

Nesse sentido, as grandes conferências mundiais conduzidas pela ONU com o respectivo propósito, a primeira sendo realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, a segunda, no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 e a terceira realizada em Juanesburgo, África do Sul, em 2012, tinham por objetivo conduzir discussões e ações institucionais em favor de um processo político capaz de reduzir ao máximo o dito *trade-off*. Embora avanços tenham sido observados ao longo desse período, a questão do desenvolvimento sustentável parece estar ainda bem distante da realidade.

O tamanho do desafio em relação à Amazônia brasileira gira também em torno dessa discussão. Conforme Becker (2004) as políticas públicas para a Amazônia expressam interesses divergentes e conflituosos. De um lado àquelas que favorecem as novas infraestruturas de suporte para o desenvolvimento econômico, principalmente do agronegócio em grande escala, e de outro lado àquelas direcionadas aos interesses das populações locais e na sustentabilidade socioambiental.

Nesse contexto, este trabalho está centrado no problema da relação de espaço em Rondônia, onde a mesorregião Leste Rondoniense se apresenta como a região mais dinâmica economicamente do Estado, em relação à mesorregião Madeira-Guaporé, que, por sua vez, se apresenta com forte característica ambiental. Assim, diante desse contexto, a política de desenvolvimento regional da cacauicultura em Rondônia, através da política desencadeada pela CEPLAC, durante sua atuação no território rondoniense, apresenta característica *path dependence*, segundo a teoria institucionalista de Douglass North? Do ponto de vista da matriz institucional e da visão organizacional da CEPLAC, em Rondônia, como

estas características se relacionam com os aspectos mesorregionais do Estado? A política do cacau no cenário regional obedece uma lógica de recuperadora de área degradada, o que estaria ligada àquelas áreas já desmatadas, ou adota uma lógica de geração de renda como mecanismo de melhoria da qualidade de vida, possibilitando, inclusive, que áreas ainda consideradas preservadas ambientalmente possam usufruir das benesses da mesma política? Esses são os questionamentos que ajudarão a balizar o presente trabalho de pesquisa.

Portanto, objetivou-se analisar a política de desenvolvimento regional da cacauicultura em Rondônia, através da atuação da CEPLAC como órgão federal responsável pela dinâmica do setor na região, sob o olhar da teoria institucionalista de Douglass North, visando contribuir com as discussões sobre o *trade-off* "conservação e desenvolvimento" na Amazônia..

## METODOLOGIA

O método científico utilizado para realização desta pesquisa foi o método hipotético-dedutivo, sendo a Teoria Institucionalista de Douglass North a base teórica deste trabalho.

A delimitação da pesquisa correspondeu à área de atuação da superintendência de desenvolvimento da região cacaueira no Estado de Rondônia - SUERO, através de análise dos dados quantitativos e qualitativos.

Este trabalho fez uso de pesquisas em bases secundárias, bem como, em bases primárias. Para o alcance dos objetivos propostos adotou-se os seguintes procedimentos:

- **Revisão bibliográfica:** A revisão bibliográfica buscou levantar informações através de teses, dissertações, livros, artigos científicos, legislação, resoluções relacionadas ao tema de estudo, o que contribuiu para a fundamentação teórica e no desenvolvimento das atividades, também se fez uso de relatórios técnicos e informações fornecidos pela CEPLAC-RO que trouxe importantes contribuições para o trabalho.

Para Prestes (2005) pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza “*tentando resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado*”.

- **Coleta de informações históricas:** Foi feito levantamento de referências documentais evidenciando fatos históricos relacionados a CEPLAC.

- **Pesquisa de campo:** Também foi feita pesquisa de campo, por meio, de visita ao Centro de Pesquisas do Cacau – CEPEC, Estação Experimental, na cidade de Ouro Preto D’Oeste, onde foi possível colher informações detalhadas através de questionamentos feitos aos servidores do Órgão. Também foi realizada entrevista com um assessor técnico da Ceplac, utilizando um questionário com questões dissertativas visando coletar informações específicas do objeto de estudo em questão.

Para Prestes (2005) este tipo de pesquisa desenvolve-se principalmente nas ciências sociais, em que o pesquisador utiliza questionários, entrevistas, protocolos, dentre outros, coletando dados "investigando os pesquisados no seu meio".

Ressalta-se que, a presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento, onde novas perspectivas de análise estarão sendo apresentadas futuramente. A presente pesquisa é fruto de um projeto de iniciação científica PIBIC do curso de bacharelado em Gestão Ambiental, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus de Guajará-Mirim, vinculado ao Departamento Acadêmico de Ciências Sociais e Ambientais - DACSA.

## RESULTADOS

O início da atuação da CEPLAC na Amazônia teve início no ano de 1965, quando no estado do Pará, foi instalada a primeira frente de trabalho denominada de Serviços Experimentais de Belém – SEBE, e tinha por incumbência coordenar e dar apoio logístico às expedições botânicas que procuravam material genético em variedades de cacaueiros nativos.

Em Rondônia, somente seis anos depois é que a CEPLAC inicia suas atividades na cidade de Ouro Preto do Oeste. A atuação da CEPLAC no Estado acompanha o processo de colonização do Estado, no início da década de 1970, onde a política de desenvolvimento da cultura cacaueira passou a ser uma das opções de estímulo à produção agrícola, visando promover a fixação do homem migrante à Terra e trazer novas oportunidades econômicas para a região, através da comercialização de suas amêndoas secas, principal matéria-prima para a indústria de chocolate. Nesse sentido, em 1971

foi firmado convênio com o INCRA, para introdução do cultivo do cacau como uma alternativa de exploração para a colonização oficial do INCRA, através do PIC Ouro Preto.

Desde 1971 equipe de pedologia procedeu de forma sistemática ao levantamento de solos nos Estados de Rondônia, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás. Como resultado verificou-se que aproximadamente 1.300.000 há de terra teriam elevado potencial para produção de cacau, sendo assim distribuídos: 750 mil há em Rondônia, 120 mil há no Pará, 150 mil há em Mato Grosso, 80 mil há no Maranhão e 180 mil há em Goiás.

Para respaldar em bases tecnicadas essa expansão cacauzeira em Rondônia a CEPLAC reproduziu, em parte, o seu modelo institucional implementado no Sul da Bahia: a assistência técnica e extensão rural executada pelo Serviço de Extensão Rural e um núcleo de pesquisa e experimentação agrícola representado pela Estação Experimental Ouro Preto, unidades criadas em Ouro Preto do Oeste, sob a denominação operacional-administrativa de Serviços Experimentais em Rondônia. A finalidade da estação experimental é gerar, adaptar e validar tecnologias para modernização da cacauicultura e de outras atividades agroflorestais, de forma a elevar o padrão de vida das populações e a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Em 1972 foram implantadas as primeiras lavouras de cacau em Ouro Preto ainda sem incentivo. Entre 1975 e 1976 o Banco do Brasil liberou recurso para financiamento de 2.500 hectares de lavouras de cacau.

Foram então instalados os escritórios da Ceplac de Jaru, de Ariquemes e de Cacoal. Em 1987 foi criada em Ariquemes a Emarc – Escola Média de Agricultura Regional da Ceplac, no intuito de formar recursos humanos qualificados em técnicas agrícolas para apoiar o crescimento e o fortalecimento da atividade cacauzeira, bem como da agricultura regional. Desta forma, sob uma única gestão jurídico-administrativa buscavam-se equacionar gargalos da pesquisa e experimentação agrícola, da assistência técnica aos produtores rurais e da educação rural.

As primeiras iniciativas oficiais em Rondônia com Sistemas Agroflorestais (SAF) aconteceram no período de 1971-1972, com o estabelecimento dos primeiros 13 hectares de cacauzeiros em intercultivo com outras espécies, em áreas de produtores rurais do município de Ouro Preto do Oeste. No âmbito da pesquisa com SAF essa iniciativa ocorreu no ano de 1973, quando a CEPLAC implantou, em sua Estação Experimental de Ouro Preto, localizada no município de Ouro Preto do Oeste, os seguintes experimentos: competição de híbridos de cacau sob mata raleada; competição de híbridos de cacau em diferentes espaçamentos, tendo a bananeira (*Musasp*) como sobreamento provisório e o mogno (*Swieteniamacrophylla*) como sobreamento definitivo; comportamento de híbridos de cacau sob diferentes sobreamentos, tendo o mogno, cerejeira (*Torresia acreana*), castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) faveira ou joerana (*Parkia pendula*), teminália (*Terminaliaivorensis*) e sobrasil (*Colubrina rufa*) como sobreamento definitivo.

A partir de 1976, o governo federal deu início, por intermédio da Ceplac, ao Plano de Diretrizes para a Expansão da Cacauicultura Nacional (Procacau), que previa a implantação de 300 mil hectares de novos cacauzeiros e a renovação de outros 150 mil hectares em plantações decadentes e de baixa produtividade da Bahia e do Espírito Santo. Com a aprovação do Procacau, a Amazônia foi contemplada com uma meta inicial de 170 mil hectares a serem implantados, obedecendo à seguinte distribuição: Amazonas, 10 mil hectares; Pará, 50 mil hectares; Rondônia, 100 mil hectares; além de outros 10 mil hectares a serem implantados nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Goiás.

Para escolha da área e preparo do terreno para o cultivo do cacauzeiro na região Amazônica, no geral, em área que apresentam cobertura vegetal densa (mata alterada ou capoeirão) a derruba total é o sistema mais utilizado na região. Consiste na eliminação da vegetação primária ou secundária, obedecendo às seguintes fases: broca, derruba, queima, balizamento e plantio dos sobreamentos. Outra possibilidade consiste na conversão de pastagens degradadas em SAF com cacauzeiros.

Pelo que consta na literatura, o conjunto de ações realizadas durante a execução do PLANAFORO gerou informações que possibilitaram o surgimento de propostas de recuperação de áreas degradadas por meio de SAF. Considera-se que este sistema se apresenta como uma alternativa viável, pois se adapta às características regionais, incentiva a diversificação das atividades, atende à necessidade de aproximação das condições ambientais anteriormente existentes e pode aumentar a renda e a manutenção do homem do campo em sua propriedade.

No período de 1970 a 1985, todos os Estados apresentaram crescimento na produção de cacau, com destaque para os Estados da Amazônia e mais especificamente Rondônia que passou de uma produção de 2.422 em 1980 para uma produção de 40.460 ton em 1985, um aumento de 1.570,5%. No entanto, em 1990, os estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Rondônia apresentaram queda significativa na produção. Esse período equivalente ao surgimento da vassoura-de-bruxa detectada na Bahia em 1989.

Em 2015, a produção brasileira de cacau 253.211 toneladas, sendo dos estados da Bahia e do Pará os maiores produtores de cacau, com produção de 153.257 ton e 105.914 ton, respectivamente. O estado de Rondônia, desde de 1985, se mantém na 3º colocação, porém com uma produção muito inferior aos estados da Bahia e do Pará,

apresentando em 2015 uma produção de 5.706 ton. Apesar de se manter como o 3º maior produtor de cacau do Brasil, em 2015, Rondônia apresentou uma queda equivalente a -67,4% na produção quando se compara com o ano de 2010, enquanto que os estados da Bahia e do Pará, apresentaram um aumento de produção, com destaque para o Pará que apresentou um aumento equivalente a 77,9% (Tabela 1).

**Tabela 1 – Evolução da Produção brasileira de cacau nos principais Estados produtores, em toneladas, no período de 1970 a 2015**

Estado	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Brasil</b>	197.061	281.887	319.141	430.789	356.246	296.705	196.788	208.620	235.389	273.124
<b>Amazonas</b>	755	500	415	1.247	150	556	1.224	1.195	3.236	2.109
<b>Bahia</b>	188.592	271.788	302.481	361.800	298.024	246.350	137.568	137.459	148.254	153.257
<b>Espírito Santo</b>	6.222	7.621	10.830	12.306	6.473	3.860	11.305	11.782	6.101	5.467
<b>Mato Grosso</b>			168	1.009	1.657	410	1.020	265	647	527
<b>Pará</b>	1.433	1.772	2.586	13.357	29.131	29.445	28.278	38.119	59.537	105.914
<b>Rondônia</b>		12	2.422	40.460	20.347	15.871	17.293	19.719	17.486	5.706

Fonte: IBGE/SIDRA

Dentre os principais produtores, a Bahia se mantém com a maior área colhida de cacau, apesar de se verificar uma queda na área entre 2010 e 2015. Neste mesmo período Rondônia também apresentou uma queda de aproximadamente -53%. Já o Pará vem apresentado aumento na área colhida desde o ano de 2005, com um aumento de 138,4%, no período de 2005 a 2015 (Tabela 2).

**Tabela 2 – Evolução da área colhida de cacau nos principais Estados produtores, em hectares, no período de 1970 a 2015**

Estado	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Amazonas</b>	1.281	2.800	1.833	2.785	1.220	2.184	2.521	2.017	7.808	2.845
<b>Bahia</b>	412.212	418.906	438.113	540.000	548.435	625.475	606.835	517.583	519.990	513.811
<b>Espírito Santo</b>	24.070	21.760	21.287	20.884	21.049	21.125	21.356	20.723	21.023	22.265
<b>Mato Grosso</b>			560	2.406	2.931	1.175	2.870	562	1.067	853
<b>Pará</b>	6.272	7.058	13.812	32.130	49.063	53.143	38.879	51.727	81.764	123.350
<b>Rondônia</b>		55	6.697	50.060	41.375	34.591	33.371	32.625	28.891	13.546

Fonte: IBGE/SIDRA

Quando se observa os dados de rendimento médio, verifica-se que os estados da Amazônia apresentam uma maior produtividade, quando comparados com a Bahia que é o maior produtor de cacau do Brasil, o que demonstra o potencial da cultura do cacau na região amazônica. Nesse sentido, o Pará apresenta o maior rendimento médio entre os estados produtores de cacau, ademais, desde o ano de 2000 vem apresentando crescimento no rendimento médio. Rondônia, também apresenta bom rendimento médio, quando se compara com os Estados produtores, no entanto, em 2015 apresentou queda no rendimento médio, em relação ao ano de 2010, equivalente a -30,4% (Tabela 3).

**Tabela 3 – Evolução do rendimento médio da cultura do de cacau nos principais Estados produtores, em kg/ha, no período de 1990 a 2015**

Estado	1990	1995	2000	2005	2010	2015
<b>Amazonas</b>	122	254	485	592	414	741
<b>Bahia</b>	543	393	226	265	285	298
<b>Espírito Santo</b>	307	182	529	568	290	246
<b>Mato Grosso</b>	565	348	355	471	606	618
<b>Pará</b>	593	554	727	736	728	859
<b>Rondônia</b>	491	458	518	604	605	421

Fonte: IBGE/SIDRA

O pólo cacauzeiro de Rondônia, em 2015, se constituía de variedades híbridas em intercultivos com outras espécies vegetais, que representa um patrimônio agrícola de valor significativo para a economia do Estado. Envolve público de aproximadamente 4.561 participantes diretos, predominantemente pequenos produtores rurais que desenvolvem agricultura familiar.

Todavia, o que poderia ser a grande oportunidade de rentabilidade para o produtor rural, mesmo nos dias atuais, ainda demonstra ser uma atividade incipiente. No geral, verifica-se uma queda de produção de cacau na maioria dos municípios produtores de cacau no estado de Rondônia quando se compara os anos de 2010 e 2015 (Tabela 4). Também observa-se uma diminuição significativa na área colhida de cacau, quando se compara os anos de 2010 e 2015, na maioria dos municípios produtores de cacau de Rondônia. Em geral houve queda do rendimento médio do cacau no estado de Rondônia, no período de 1990 a 2015.

**Tabela 4 –Produção de cacau nos principais municípios de produtores, no estado de Rondônia, em toneladas, no período de 1990 a 2015**

Município	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Ariquemes	10.013	2.205	4.602	4.218	3.442	841
Cacoal	1.611	797	528	380	568	77
Colorado do Oeste	450	220	537	130	174	52
Jaru	4.500	3.724	3.948	4.205	1.798	610
Ji-Paraná	576	556	293	420	225	50
Machadinho D'Oeste	158	504	191	450	563	78
Ouro Preto do Oeste	2.836	1.848	2.117	1.175	1.259	555
Rio Crespo		284	24	52	52	51
Rolim de Moura	50		23	73	222	7
Alto Paraíso		800	116	180	180	8
Buritis			391	1.750	1.905	444
Cacaulândia		2.400	2.082	2.194	2.485	271
Campo Novo de Rondônia		3	358	975	836	27
Governador Jorge Teixeira		356		481	475	505
Ministro Andreazza		155	32	72	100	45
Mirante da Serra		230	362	530	255	363
Monte Negro		335	131	292	292	132
Nova União			230	120	120	140
Teixeirópolis			212	128	127	38
Theobroma		356	264	552	551	211
Urupá		150	279	430	584	532
Vale do Anari			53	115	137	32
Vale do Paraíso		526	239	246	242	187

Com base nos dados analisados foi possível inferir, mesmo parcialmente, que a política de desenvolvimento da economia do cacau em Rondônia foi orientada mais para um contexto de recuperação de áreas degradadas que como política de geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida. Embora os dois fatores sejam importantes, a ênfase dada ao primeiro impacta a forma de atuação da CEPLAC-RO.

Tal análise encontra força quando se analisa o aspecto regional de atuação do órgão no Estado, onde todos os escritórios e demais estruturas organizacionais se localizam em municípios ao longo da BR 364, no eixo Leste Rondoniense, em zonas de consolidação de atividades agropecuárias.

Desse modo, a mesorregião Madeira-Guaporé, mais protegida ambientalmente do Estado, não se observa presença da CEPLAC de forma efetiva. Portanto, o efeito *path dependence* parece mesmo conduzir a CEPLAC no planejamento das ações institucionais do órgão, o que demonstra um desequilíbrio de atuação regional em Rondônia. Contudo, não foi possível concluir o referido estudo, em razão da demora na publicação do resultado da chamada PIBIC 2016-2017, o que comprometeu o planejamento inicial da pesquisa. Assim, considerando, ainda, a complexidade do tema e sua relevância, pede-se, portanto, a sua renovação.

## CONCLUSÕES

Com base no desenvolvimento deste estudo foi possível se chegar, preliminarmente, as seguintes conclusões:

- A atuação da CEPLAC/SUERO acompanhou o processo histórico da colonização de Rondônia, sendo uma das primeiras instituições federais a se instalar com foco em políticas de desenvolvimento regional no Estado;
- O processo de colonização em Rondônia impactou fortemente a mesorregião Leste Rondoniense no Estado, transformando-se, hoje, na principal região econômica e política de Rondônia, decorrente da força do agronegócio;
- Embora o Cacau (*Theobroma Cacao* L.) ser uma espécie nativa da Amazônia, o foco das pesquisas e desenvolvimento em ciência e tecnologia dessa cultura no Brasil, localiza-se no estado da Bahia, que detém uma posição estratégica em relação às regiões produtoras de cacau no país;
- Em Rondônia, a atuação da CEPLAC foi fortemente impactada pela disseminação de modelos culturais apoiados em sistemas seminais e híbridos e ainda carente em sistemas clonais, apesar de nos últimos anos haver uma certa convergência para adotar tal modelo (clonal) como nova perspectiva de ação do órgão em Rondônia;
- Apesar de aproximadamente 46 anos de atuação em Rondônia, o foco de atuação da CEPLAC/SUERO está ligada à realidade mesorregional Leste Rondoniense, foco político-institucional no Estado;
- Tal cenário fortalece a hipótese da atuação estratégica do órgão ser mais direcionada à recuperação de áreas degradadas. Isso parece tirar o protagonismo do órgão como indutor de desenvolvimento regional, principalmente de regiões ainda com forte área nativas, a exemplo da mesorregião Madeira-Guaporé.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AFONSO, F.M.A. O cacau na Amazônia. Boletim técnico nº 66. Ilhéus: CEPLAC. 1979.
2. ALMEIDA, C.M.V.C.de; MULLER, M.W.; SENA-GOMES, A.R.; MATOS, P.G.G. de. Sistemas agroflorestais com o cacau como alternativa sustentável para uso em áreas desmatadas, no Estado de Rondônia, Brasil. *Agrotropica*, n. 14, V. 3. 2002
3. BECKER, B. K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Implantação do cacau em sistemas agroflorestais**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Brasília : Mapa/ACS, 2014. 76 p.
5. CEPLAC. CEPLAC Rondônia: 40 anos de história e realizações. Disponível em: <http://www.ceplacpa.gov.br/site/?p=2070>. Acesso em: 20 julho 2017
6. CEPLAC. Relatório de Gestão 2014/2015. Brasília: Tribunal de Contas da União. Disponível em: [http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/cartilhas/relatorio\\_gestao\\_2014.pdf](http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/cartilhas/relatorio_gestao_2014.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2017.
7. CEPLAC. Relatório de Gestão. Exercício 2015. Brasília: Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/cartilhas/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%20CEPLAC%202015%20FINAL%20TCU.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
8. CEPLAC. Uma Instituição chamada CEPLAC. Disponível em: [http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/historia\\_do\\_cacau/cartilhas/UMA%20INSTITUI%C3%87%C3%83O%20CHAMADA%20CEPLAC%20-%20RETROSPECTIVA.pdf](http://www.ceplac.gov.br/paginas/publicacoes/paginas/historia_do_cacau/cartilhas/UMA%20INSTITUI%C3%87%C3%83O%20CHAMADA%20CEPLAC%20-%20RETROSPECTIVA.pdf). Acesso em: 20 de julho de 2017.
9. IICA. CEPLAC/CACAU Ano 25. Desenvolvimento e participação (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira). Editor Jefferson F. Rangel. Brasília. 1982.
10. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. CEPLAC. Plano de Gestão Estratégica. 2012.